

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT01.069

UNIVERSIDADE E EXTENSÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEPÇÕES E PRÁTICAS FORMATIVAS

Dara dos Santos Nascimento¹
Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro²

RESUMO

Desde que surgiu, a extensão universitária passou por inúmeras concepções e práticas e recebeu influências de ideias e práticas nacionais e internacionais. Ao refletir sobre isso, o objetivo desta pesquisa é apresentar os principais acontecimentos e concepções que constituíram a Universidade e a extensão universitária no Brasil e refletir sobre a prática e as possibilidades de um projeto de extensão universitária que alia de fato o ensino e a pesquisa em suas ações. O estudo foi realizado em 2022 e a metodologia adotada foi sistematizada em duas fases. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica baseada em autores de referência na área, como Cunha (2000), Faria (Org.) (2001), Freire (1983), Nogueira (2005), entre outras contribuições. A segunda fase ocorreu por meio de um estudo de caso do projeto de extensão Núcleo de Estudos de Didática, Interação e Metodologias de Pesquisas em Educação (NEDIMPE), que é desenvolvido na Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Os resultados indicam que o conceito de extensão universitária foi sendo construído e reconstruído ao longo das décadas, conforme a própria universidade passava por transformações em seus saberes e fazeres. E o NEDIMPE surge como um projeto de extensão desde 2018, em que a tríade ensino, pesquisa e extensão é aliada na formação de professores. Conclui que a extensão é compreendida como espaço de desenvolvimento de profissionais compromissados com a sua formação e com o papel social

1 Mestra pelo Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Ceará - UECE, darasnascimento@gmail.com;

2 Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mirtielfrankson@gmail.com;

que podem desempenhar, onde saberes são constituídos e demandas sociais que estejam dentro das possibilidades da universidade são cumpridas e, nesse sentido, o NEDIMPE tem contribuído para a formação e para a prática docente ao proporcionar práticas colaborativas entre professores e licenciandos na Universidade e em escolas de Educação Básica.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Ensino Superior, Formação de professores, Nedimpe.

INTRODUÇÃO

O conceito de extensão universitária foi sendo construído e reconstruído ao longo das décadas, tendo passado por períodos na história nos quais foi compreendida, ora como puro e simples assistencialismo, ora como atividades externas realizadas por estudantes universitários, mas deslocada da universidade, e finalmente como espaço de formação de profissionais comprometidos com a sua formação e o papel social que podem desempenhar, onde saberes são constituídos e demandas sociais que estejam dentro das possibilidades da universidade sejam cumpridas (Faria, 2001).

Dentro do atual contexto, a importância das atividades extensionistas para na universidade chegou ao seu ápice: o PNE do decênio 2014-2024 (BRASIL, 2014) estabelece que pelo menos 10% dos créditos obrigatórios para os cursos de graduação sejam cumpridos por meio de programas e projetos de extensão. Em meio a conflitos sobre a inserção da extensão no currículo dos cursos de graduação das universidades, permeados pelo medo de que isso pudesse acarretar prejuízos para a continuidade de outros tipos de atividades extracurriculares, como atividades de ensino e pesquisa, entre outros receios demonstrados pelos/as docentes universitários, as instituições de ensino universitárias têm buscado cumprir o prazo estabelecido pela Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018, que regimenta a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação de 2014, cujo prazo final era dezembro de 2022.

O objetivo desta pesquisa é apresentar os principais acontecimentos e concepções que constituíram a universidade e a extensão universitária no Brasil e refletir sobre a prática e as possibilidades de um projeto de extensão universitária que alia o ensino e a pesquisa em suas ações. Para isso, apresentamos alguns dos principais acontecimentos que levaram a extensão universitária a ser tão importante no processo formativo dos mais diversos profissionais e de como ela foi sendo constituída e compreendida ao longo dos anos no Brasil.

Possui abordagem qualitativa e foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica das obras de autores de referência da área da extensão universitária, como Cunha (2000), Faria (Org.) (2001), Freire (1983), Nogueira (2005), e de um estudo de caso do projeto de extensão Núcleo de Estudos de Didática, Interação e Metodologias de Pesquisas em Educação (NEDIMPE), que pertence à Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o qual, por meio do ensino e da pesquisa realiza

atividades extensionistas em escolas da Educação Básica do Município de Itapipoca-Ceará.

O texto está estruturado em seis seções: A primeira consiste na introdução aqui expressa, onde anunciamos a temática, objetivos, síntese da metodologia e estrutura da pesquisa e a segunda seção apresenta a metodologia utilizada na elaboração da pesquisa. A terceira e quarta apresentam a revisão bibliográfica empreendida para dar embasamento teórico para a pesquisa, sendo a terceira intitulada: “Percurso histórico do Ensino Superior e da extensão universitária no Brasil” e a quarta “Desafios e perspectivas da extensão universitária na contemporaneidade”, sendo esta subdividida em “Os editais do Programa de Extensão Universitária (ProExt): da abundância à extinção” e “Diretrizes para a extensão universitária na Educação Superior brasileira e a curricularização das atividades extensionistas” A quinta seção apresenta o estudo de caso no NEDIMPE enfatizando a possibilidades de articulação da teoria com a prática entre os espaços da universidade e na escola. Por fim, as considerações finais sintetizam os nossos achados, seção seguida pelas referências utilizadas nesta pesquisa.

METODOLOGIA

Este estudo decorre da dissertação de mestrado intitulada “Aprendizagens da docência em contexto de extensão universitária: perspectivas e implicações para a formação de professores/as e a prática pedagógica” apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), elaborada entre os anos de 2022 e 2024. De abordagem qualitativa, utilizou para a sua elaboração uma revisão bibliográfica a partir de obras de autores de referência na área da extensão universitária e um estudo de caso de um projeto de Extensão Universitária vinculado à UECE-FACEDI.

A pesquisa bibliográfica se deu com o objetivo de conhecer e aprofundar conhecimentos relacionados à historicidade da Extensão Universitária, uma vez que este tipo de pesquisa é indispensável para a elaboração de pesquisas históricas (Gil, 2008). A forma como a extensão universitária foi se desenvolvendo no Brasil e os vários avanços e retrocessos desde os primeiros intentos de se fazer extensão no País são fundamentais para compreender a lógica por trás da extensão universitária que se faz na atualidade, o como e o porquê de hoje se observar nas universidades brasileiras cada vez mais em evidência debates sobre

a tríade ensino-pesquisa-extensão, a curricularização da extensão e a formação dos profissionais nessas instituições.

Nessa perspectiva, as obras de Cunha (2000), Faria (Org.) (2001), Freire (1983), Nogueira (2005), entre outras contribuições foram importantes para compor o referencial teórico e os resultados e discussões deste trabalho. Além disso, documentos como o Estatuto das Universidades Brasileiras (Brasil, 1931), as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Brasil, 2018), o Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e o Plano Nacional de Educação (Brasil 2001, 2014), foram essenciais para compreender as políticas públicas relacionadas à extensão.

Para conhecer como a extensão universitária tem sido realizada, optamos por um estudo de caso do projeto de extensão denominado Núcleo de Estudos de Didática, Interação e Metodologias de Pesquisas em Educação (NEDIMPE), desenvolvido na Faculdade de Educação de Itapipoca, campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), cujas práticas são marcadas pela união do ensino e da pesquisa junto à extensão, com o intuito de contribuir para a formação de professores. O estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto de mundo real e tem sido realizado sobre uma ampla variedade de tópicos (Yin, 2015). Assim, estudar a aplicação do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em contexto empírico, após as discussões sobre o histórico e políticas educacionais relacionadas à extensão foi relevante para compreender o quadro geral contemporâneo de um todo, formado por partes que passaram por inúmeras evoluções e regressões ao longo da história.

PERCURSO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR E DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

As atividades de extensão universitária na América Latina tiveram início ainda no período medieval, muito vinculadas às ações dos jesuítas, que viam nelas a possibilidade de atender a população desprovida de recursos financeiros e difundir a doutrina cristã. Encontravam nessas atividades uma forma de vivenciar sua missão, pois as universidades poderiam contribuir para causas sociais (Rocha, 2001). Desde então, a extensão passou por inúmeras compreensões, conceituações e práticas, sendo, em alguns períodos da história da educação brasileira, totalmente desvinculada da universidade.

Embora algumas propostas para a fundação de universidades públicas tenham entrado em discussão ao longo do século XIX, apenas no ano de 1920 surgiu a primeira Universidade a contar com o apoio do Governo Federal, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ)³, reunindo os cursos de Engenharia, Medicina e Direito. Os cursos já existiam anteriormente à criação dessa Universidade, uma vez que foram concebidos após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, no século XIX, com a evidente missão de atender as demandas da elite brasileira, que antes se via obrigada a enviar os seus filhos para estudar em universidades do continente europeu, principalmente em Coimbra, mas também para possibilitar a formação de profissionais para atender à crescente demanda por esses serviços após a instalação do Império (Cunha, 2000).

Antes disso, a existência de cursos superiores era proibida, entre outros motivos, porque as autoridades portuguesas viam na sua instituição uma ameaça à durabilidade do regime colonialista evidenciado no Brasil até o início do século XIX. Embora os jesuítas tenham criado o primeiro estabelecimento de Ensino Superior ainda em 1550, este estava restrito à formação de sacerdotes (Cunha, 2000).

Desde o seu surgimento no Brasil, a universidade era um privilégio de que pouquíssimas pessoas poderiam usufruir. Mesmo que tivesse um caráter público, não era completamente gratuita, já que os/as alunos/as precisavam pagar, entre outras coisas, a sua matrícula e uniforme para estudar nessas instituições, depois de passar por um difícil exame de vestibular. Em um país recém-saído de um longo regime escravocrata, o analfabetismo era predominante, pois a escola ainda não era direito assegurado para todos/as (Cunha, 2000).

Nesse contexto, as primeiras tentativas de fazer extensão ocorreram na Universidade Livre de São Paulo⁴, fundada em 1911. Porém, cursos como “O Fogo Sagrado da Idade Média”, “A Latinidade da Rumânia” e “A importância e o Progresso da Otorrinolaringologia” não chamaram a atenção de grande parte da população externa à instituição e a primeira menção da extensão universitária por meio de um documento legal ocorreu no texto do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, no qual a prática era compreendida principal-

3 Em 1927, a URJ teve o seu nome alterado para Universidade do Brasil e existe até os dias de hoje, mas com um outro nome: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4 A universidade funcionou durante pouco tempo, encerrando suas atividades em 1917, por questões financeiras (Cunha, 2000).

mente por meio da promoção de ações assistencialistas à população (Ribeiro, 1992; Nogueira, 2005).

O processo de criação da URJ, que ocorreu por meio da unificação de faculdades que já existiam, tornou-se um modelo para a formação e organização de outras universidades, como foi o caso da Universidade de Minas Gerais (UMG), em 1927. Essas eram as únicas instituições educacionais que gozavam do status de universidade até então. Para se ter uma noção de como o processo de criação de universidades no Brasil ocorreu de forma lenta, no ano de 1945, com o final do governo de Getúlio Vargas, existiam apenas 5 universidades no Brasil. Apesar disso, intelectuais brasileiros, muitos/as formados/as no exterior, estavam empenhados em apresentar a importância dessas instituições para a república brasileira.

Publicado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento escrito e assinado por 26 personalidades, entre homens e mulheres, reclamava a reconstrução da educação nacional. O manuscrito, que é dirigido ao governo e à população, indicando a necessidade de apresentar seus pensamentos também aos setores sociais, defendia a ideia de que os problemas educacionais antecederiam em importância todos os outros problemas que o país enfrentava, inclusive os de ordem econômica. Os/as autores/as chamavam a atenção para o que foi denominado de “reconstrução nacional” (Azevedo *et al.*, 2006).

No que se refere ao Ensino Superior, os/as educadores/as criticaram o fato de que os cursos existentes até então davam prioridade à formação de profissionais “liberais”, identificados nos cursos de medicina, direito e engenharia. Para eles/as, além desses cursos, todas as universidades deveriam dispor de cursos de ciências sociais e econômicas, matemáticas, físicas e naturais, além de cursos de filosofia e letras, constituindo-se em um ambiente de formação para todas as profissões que exigem esses conhecimentos, tudo isso de forma gratuita para os/as estudantes (Azevedo *et al.*, 2006). Destacamos que os/as educadores/as defendiam um ensino pautado não apenas na aprendizagem de habilidades próprias do ensino dos cursos de graduação, mas também que atividades de pesquisa e extensão fossem privilegiadas no decorrer da formação desses/dessas estudantes, a fim de proporcionar uma formação mais completa para seus/suas alunos/as.

Com a criação de um Ministério da Educação no ano de 1930, é possível perceber alguns avanços na área. Foi publicado pelo então ministro da pasta,

Francisco Campos, o Decreto nº 19.851, de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras, que regulamentou o Ensino Superior no Brasil. Em seu artigo 42, que aborda a extensão universitária, explicita que os cursos de extensão a serem criados: “[...] destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou collectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagacção de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes” (Brasil, 1931). Rocha (2001) entende que, durante a década de 30, o caráter político manifestado pelo Movimento Estudantil da América Latina, defensor da extensão universitária, foi sendo substituído por pura prestação de serviços, quando aquela passou a ser assumida pelos dirigentes nacionais, o que pode ser visualizado no Estatuto e em boa parte das ações governamentais voltadas para a extensão durante os anos que se seguiram.

Ainda segundo o Decreto, os cursos deveriam ser acessíveis ao público e dependentes da aprovação e organização do Conselho Universitário (Brasil, 1931). Essa é a primeira menção à extensão universitária por meio de documentos legais. Contudo, na prática, a extensão, mesmo com um viés de prestação de serviços à população, não chegou a se fazer presente na maioria das universidades criadas ou reorganizadas após o Decreto nº 19.851, pois elas não gozavam de autonomia suficiente no período governado pelo Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) (Nogueira, 2005; Batista; Kerbauy, 2018).

Durante a década de 1960, a União Nacional de Estudantes (UNE) realizou três seminários de abrangência nacional com o intuito de buscar discutir a formação dos profissionais nas universidades, propôs bolsas e alojamento para estudantes, melhor remuneração para os/as professores/as e que atividades científicas, artísticas e filosóficas fossem mais presentes nas universidades. Além disso, o Seminário promovido na Bahia no ano de 1961 também clamava por uma maior autonomia das universidades, para que cada uma pudesse se organizar conforme demandas próprias (Cunha, 2000; Freitas, Biccas, 2009). Tudo isso culminou na Reforma Universitária de 1968, em plena Ditadura Militar iniciada em 1964.

Embora a repressão de direitos fundamentais vivenciada no período tenha extinguido a UNE, as universidades estivessem sob um controle federal muito maior do que o observado anteriormente, com a demissão de reitores e a imposição de pessoas ligadas ao Regime Militar e aposentadoria compulsória de docentes e pesquisadores/as, além de controle de currículos e programas de

disciplinas (Cunha, 2000), houve também acontecimentos que marcam positivamente a história das universidades brasileiras:

[...] uma aliança tácita entre docentes e pesquisadores experientes fez com que as agências de fomento ampliassem em muito os recursos destinados à pós-graduação; novos prédios foram construídos nos campi e laboratórios foram equipados; a profissão docente foi institucionalizada mediante o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva; as instituições públicas de ensino superior ampliaram expressivamente o número de estudantes nelas matriculados (Cunha, 2000, p. 176).

Além disso, Nogueira (2005) afirma que durante o período algumas das propostas dos/as estudantes, como uma espécie de extensão universitária junto à população, foram viabilizadas. Era desejo da UNE, desde o Seminário ocorrido na Bahia em 1961, que as universidades fossem mais acessíveis ao público externo a ela. Porém, a autora afirma que as práticas ocorreram de forma assistencialista, nas quais os/as estudantes realizavam trabalhos junto à comunidade.

O pensamento de Freire (1983) em sua obra “Extensão ou comunicação” também teve grande influência sobre os rumos da extensão universitária. O autor defendia que o conhecimento não poderia ser “estendido” de uma pessoa (aquela que detém determinado saber” para outra (que ainda não possuía esse saber). Para ele, o conhecimento se constitui por meio das relações dessa pessoa com o mundo e por meio de sua atuação e transformação da realidade, também seria essa pessoa transformada. Freire (1983) refletia sobre as formas de extensão que ocorriam em alguns lugares da América Latina, onde as relações se davam por meio de uma educação bancária, na qual os mestres depositavam o saber na cabeça dos aprendizes e estes apenas recebiam as informações de forma passiva.

Outros momentos de defesa da extensão universitária foram os seminários organizados pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, que buscavam apresentar a extensão universitária como uma necessidade educativa e social das atividades realizadas na universidade e que, junto ao ensino e à pesquisa, seria a base dessas instituições de ensino. A Lei Básica da Reforma Universitária, de nº 5.540/68, tornara a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão um preceito legal, que vem a ser fixado na Constituição Federal de 1988, a primeira após mais de vinte anos de Regime Militar (1964-1985) (Nogueira, 2005).

Antes disso, em 1987, houve a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e da Rede Nacional de Extensão (RENEX), existentes até hoje e responsáveis por promover encontros, estudos e formações voltadas para possibilitar uma extensão universitária feita, de fato, pela universidade, agora legitimada e autônoma, que busca se fazer presente e ajudar os demais segmentos sociais (Rocha, 2001; Incrocci; Andrade, 2018).

Após um longo período de restrição das liberdades individuais e coletivas vivenciado durante o Regime Militar autoritário no Brasil, a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988 foi fruto de inúmeros debates iniciados após o fim do período, em 1985. Para a elaboração do documento, que ficou conhecido como “Constituição Cidadã”, a sociedade foi ouvida, direitos sociais foram restituídos e profissionais das mais diversas áreas discutiram melhorias para a população. A educação, como não poderia deixar de ser, teve o seu espaço garantido, e foram promovidas profundas e necessárias mudanças na organização do sistema educacional brasileiro.

No seu artigo 207, a Constituição trata das Universidades, estabelecendo a autonomia suprimida nos governos anteriores e firmando o vínculo indissociável entre ensino, pesquisa e extensão: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Art. 207, Brasil, 1988). Dessa forma, as universidades em funcionamento e as que ainda fossem criadas, independentemente da natureza, se públicas ou privadas, deveriam obedecer a esse princípio e teriam autonomia suficiente para tal.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

A garantia da autonomia e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão foram condições importantes para que a extensão universitária passasse a ser mais discutida. Princípios, público-alvo, justificativa, formas de financiamento foram pautas bastante debatidas durante a década de 1990. Não por acaso, foi nesse período que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras articulou, junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Cultura (MinC), a fundação do Programa de Fomento à extensão universitária (Nogueira, 2005).

Segundo Nogueira (2005), nesse período, o conceito de extensão universitária era o proposto pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores como “[...] prática acadêmica que interliga as ações de ensino e de pesquisa com as demandas da sociedade, buscando implementar o compromisso social da universidade” (p. 50). Com a mesma perspectiva da Constituição Federal, a Lei nº 9.394/96, ao serem estabelecidas Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, reafirmou-se a extensão como um princípio das instituições universitárias (Brasil, 1996, art. 51) e determinou-se que as atividades de extensão poderiam receber o apoio financeiro do poder público, explicitando que esse apoio poderia ocorrer por meio da concessão de bolsas de estudo (Brasil, 1996, art. 77, § 2), uma das reivindicações da UNE nos já mencionados seminários realizados na década de 1960.

Em 1998, é publicado o Plano Nacional de Extensão Universitária. Sua intenção foi consolidar a extensão universitária como lugar de constituição de saberes, inovação e contribuição para as demandas que se interpõem como desafios sociais. O Plano buscou ainda uma unidade entre os programas a nível nacional, e possibilitar que houvesse recursos financeiros para a execução dos programas de extensão (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998).

O documento defendia como contribuições da extensão para a formação dos universitários a interação com a sociedade, identificação cultural, formação técnica e contato com o seu futuro campo de trabalho. Por isso, seria um instrumento de mudanças tanto para a instituição onde se estuda e para si, quanto para outros/as estudantes, docentes e técnicos/as que compõem o quadro de profissionais do local, e também para a instituição na qual se está inserido para realizar as atividades de extensão (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998).

Dispostos em 11 objetivos, encontram-se ações que visam dar um maior reconhecimento à extensão universitária e torná-la uma aliada da sociedade ao mesmo tempo em que se proporciona aprendizagem para estudantes e docentes que se propõem a vivenciá-la. Em suas metas, buscou estabelecer meios para organizar as atividades extensionistas dentro das instituições de ensino, avaliar sua execução, definir prioridades e a instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão, que veio a se tornar realidade somente em 2008⁵.

5 O programa será discutido na próxima seção.

OS EDITAIS DO PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PROEXT): DA ABUNDÂNCIA À EXTINÇÃO

No ano de 2008, em uma parceria entre Ministério da Educação, Ministério da Cultura e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, foi lançado o Programa de Extensão Universitária (ProExt), classificado por Incrocci e Andrade (2018) como o “primeiro, principal e maior edital voltado à extensão universitária” (p. 191). O edital tinha por objetivo selecionar propostas de programas e projetos de extensão universitária lançadas por instituições de Ensino Superior dos âmbitos federal e estadual que estivessem de acordo com os pré-requisitos presentes no edital, com o intuito de apoiar esses projetos (Brasil, 2008).

Para serem selecionadas, as propostas de extensão deveriam se enquadrar em um dos seguintes aspectos: qualificação de professores/as que atuam no sistema educacional; educação de jovens e adultos; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas. Quanto às propostas elaboradas, o edital esclarece que, independentemente da linha escolhida para o envio da proposta, deveria ainda se enquadrar em uma série de diretrizes, como cumprir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interdisciplinaridade; gerar um impacto positivo na formação dos/as estudantes; resultar em produtos ou publicações acadêmicas e que fosse ligada à graduação (Brasil, 2008).

Conforme Nogueira (2005), o ProExt foi criado ainda nos anos 90, porém, a sua institucionalização ocorreu apenas em 2008. Sua primeira versão foi apresentada ainda no ano de 1993, por ocasião do VII Encontro Nacional de Pró-Reitores, ocorrido em Cuiabá/MT, e foi elaborado em uma ação conjunta entre o Departamento de Políticas de Ensino Superior (DEPES) e os/as coordenadores/as dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão e Graduação. Assim, foi criada uma Comissão de Extensão Universitária que buscou “elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES⁶” (Nogueira, 2005, p. 50).

Desde esse período, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão já estava presente. O programa foi aprovado e no mesmo ano

6 Instituições de Ensino Superior.

propostas de extensão foram enviadas pelas universidades, que poderiam enviar apenas uma para apreciação. Após essa primeira experiência, o programa voltou a receber propostas em 1994. Porém, havia a preocupação sobre como a nova gestão federal que se iniciava e outras que viriam em seguida poderiam afetar o programa, uma vez que ainda não era institucionalizado pelo Ministério da Educação e não havia garantias para a sua continuidade (Nogueira, 2005).

O ano de 1995 apresentou retrocessos para o Programa de Extensão Universitária, à época denominado ProExte. Houve cortes em torno de 50% no financiamento de projetos, e poucos projetos aprovados receberam os recursos previstos com o edital. Nos anos que se seguiram, o Fórum de Pró-Reitores continuou a cobrar o MEC pela liberação de recursos de financiamento dos projetos e programas de extensão, e pela sua institucionalização, o que só veio a ocorrer em 2008.

O primeiro edital foi lançado em 2009 e era diferente do que ocorria anteriormente, quando as propostas eram cadastradas e apreciadas por um Comitê Assessor a partir de 1993 (Nogueira, 2005) e pelo MEC entre 2002 e 2008. Os recursos federais para manutenção dos projetos que seguiam sendo cortados durante a década de 1990 passaram a aumentar a partir de 2003. Além disso, as propostas submetidas pelas universidades também cresceram, o que Incrocci e Andrade (2018) compreendem como um fortalecimento da extensão como campo científico.

O edital realizou chamadas entre 2009 e 2016⁷, ano em que o financiamento foi reduzido e, apesar da preocupação e defesa da continuidade do projeto pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, foi encerrado, em consequência da Emenda Constitucional n° 95/2016, que ficou conhecida como PEC do teto dos gastos públicos (Koglin; Koglin, 2019; Incrocci; Andrade, 2018).

DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E A CURRICULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

Levando em consideração o tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, comumente alardeado quando uma/a estudante ingressa no Ensino Superior, a extensão universitária é a menos praticada. Incompreensões, inde-

⁷ Durante o período, o ano de 2012 não contou com chamadas via edital de fomento.

finições, falta de recursos e de apoio, não apenas financeiras, mas dentro das próprias universidades, foram fatores que, historicamente, fizeram as práticas extensionistas terem menos espaço nas instituições de Ensino Superior, o que é uma pena, pois “[...] a extensão integra, em sua prática, sujeitos de realidades, experiências e conhecimentos diversos” (Rabel, 2012, p. 37) e a universidade passou anos sem dar a devida importância a toda essa pluralidade.

Com um maior apoio dado por meio dos editais de fomento à extensão, principalmente a partir do ano de 2008, o Brasil assistiu a um crescimento substancial nos projetos de extensão, que, com um maior apoio de recursos financeiros, passaram a ter cada vez mais propostas enviadas e aprovadas, até o ano de 2016, quando os recursos diminuíram e o edital não realizou novas chamadas nos anos posteriores (Koglin; Koglin, 2019; Incrocci; Andrade, 2018).

No que se refere à parte financeira, os projetos de extensão continuaram a existir principalmente por meio de recursos garantidos pelo Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o orçamento relacionado à autonomia universitária (Brasil, 2010) e demais recursos advindos das esferas estaduais e municipais. Contudo, o PROEXT, que tinha como objetivo não apenas disponibilizar fundos para os programas e projetos de extensão, mas também regulamentar e aplicar avaliações das atividades desenvolvidas, constitui uma perda ainda dolorosa para a extensão, em um momento em que as instituições de Ensino Superior buscam se organizar para atender à Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), que institui Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o PNE. A meta prevê um cumprimento mínimo de dez por cento do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação em atividades de extensão, e a sua regulamentação determina que essa seja cumprida em até três anos.

Sobre os atrasos para o cumprimento dessa meta, que já estava na redação do PNE de 2001-2010, temos a seguinte colocação no Plano Nacional de Extensão Universitária:

[...] o ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas Universidades ou departamentos acadêmicos e a falta de recursos financeiros e organizacionais, entre outros problemas, têm colocado limites importantes para a implantação e implementação desses institutos legais no âmbito das Universidades Públicas (FORPROEX, 2012, p. 15).

Diante disso, o prazo que teria como data limite o mês de dezembro do ano de 2021 foi prorrogado em um ano, em virtude do estado de calamidade pública decorrente do vírus SARS-CoV-2, e a nova data para a implementação da extensão no currículo dos cursos de graduação passa a ser 18 de dezembro de 2022⁸. No entanto, a implementação do disposto na Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018, que regulamenta a aplicação da meta 12.7 do PNE, ainda é um desafio em muitas instituições de ensino. O cumprimento do disposto esbarra em entraves para reorganizar os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos, de modo a estabelecer práticas advindas de programas e projetos de Extensão Universitária como parte integrante dos currículos dos cursos de graduação (Pereira; Vitorini, 2019).

Conforme disposto nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, *em articulação permanente com o ensino e a pesquisa* (Brasil, 2018, Art. 3, grifos nossos).

Dessa forma, fica evidenciado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que se propõe que esta seja integrada e articulada ao ensino e à pesquisa. No entanto, os debates em torno da questão são válidos e necessários, para que a sua integralização ao currículo seja nos moldes que se proclamam e para que se observe se, na prática, a teoria está sendo corporificada, para que não ocorram retrocessos na formação dos/as estudantes e nas demais necessidades atendidas pela universidade para com a sociedade. Diante disso, apresentamos a seguir o projeto de extensão Núcleo de Estudos de Didática, Interação e Metodologias de Pesquisas em Educação (NEDIMPE), cuja proposta é aliar a extensão universitária às práticas de ensino e pesquisa na formação de professores/as.

⁸ A nova data foi estabelecida por meio de despacho do Ministério da Educação em 24 de dezembro de 2020.

O NÚCLEO DE ESTUDOS DE DIDÁTICA, INTERAÇÃO E METODOLOGIAS DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E A ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

Como Veiga (2008) acreditamos que a prática profissional necessita de fundamentação teórica, pois, para ensinar, é necessário aprender a ensinar (Tardif, 2014). Com essa proposta, em 2018 foi criado o Núcleo de Estudos de Didática, Interação e Metodologias de Pesquisas em Educação (NEDIMPE), que pertence à Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O grupo foi criado e é coordenado pelo professor Dr. Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro e desenvolve atividades articuladas ao ensino e à pesquisa em escolas da Educação Básica. Quinzenalmente, estudantes em formação inicial, professores/as da Educação Básica e Ensino Superior, além de gestores/as e técnicos/as na área da educação se reúnem na FACEDI para estudar, pesquisar, discutir e planejar ações de intervenção em escolas participantes do projeto.

Os motivos que levam esses/as sujeitos/as a participarem do projeto são diversos. Desde o seu início é comum ouvir professores/as que já estão há muitos anos em sala de aula relatando as aprendizagens constituídas com a participação no projeto. Muitos/as foram estudantes na FACEDI há dez, vinte anos, e viram no NEDIMPE uma oportunidade para voltar a estudar. Há também profissionais formados/as em outras instituições, estudantes de outras instituições, dos mais variados cursos de licenciatura ofertados nos institutos de Educação Superior locais, afinal, o projeto visa atender toda a comunidade interna e externa da FACEDI, e essa pluralidade de sujeitos/as têm feito o projeto crescer a cada ano. Nas palavras de Castro (2022):

As atividades do projeto articulam diferentes ações que integram o ensino de pesquisa, a realização de pesquisas e a formação pedagógica, via extensão, de seus integrantes e do público que participa das ações formativas realizadas pelo Nedimpe, que são elaboradas em decorrência de resultados de pesquisas-ações e que são, em destaque, constituídas por palestras, oficinas, mini-cursos e cursos (p. 158).

Assim, as atividades do NEDIMPE são organizadas anualmente da seguinte maneira:

Quadro 10 - Sistematização das atividades anuais do NEDIMPE

1. Divulgação do projeto, inscrição e seleção das escolas	Processo anterior ao início das atividades, que ocorre anualmente e é realizado pelo coordenador do NEDIMPE.
2. Início das atividades teóricas	Momento de estudo e pesquisa sobre determinada temática e de elementos metodológicos que poderão ser a base para a pesquisa-ação nas escolas.
3. Divisão das equipes	Conforme o número de escolas contempladas com o projeto.
4. Identificação de um problema enfrentado pela escola	Primeira etapa da pesquisa-ação: os extensionistas vão à escola para coletar e produzir dados que ajudem a identificar um problema que influencie o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, conforme a temática em estudo do NEDIMPE no ano corrente.
5. Estudo e planejamento de ações	Em posse dos dados coletados, as equipes discutem os problemas encontrados e planejam as intervenções, que ocorrem por meio de uma oficina, um minicurso e duas palestras.
7. Intervenção nas escolas	Os extensionistas desenvolvem coletivamente as atividades planejadas – oficina e minicurso – e auxiliam nas palestras, que podem ser ministradas por membros do projeto ou pessoas de fora, qualificadas para dialogar nas escolas sobre as temáticas trabalhadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Didática, Interação e Metodologias de Pesquisas em Educação são as macro categorias estudadas ao longo do projeto (Castro, 2022). Nesse contexto, estudantes e professores/as da microrregião atendida pela FACEDI, que corresponde aos municípios de Amontada, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama participam de encontros que visam à colaboração entre esses sujeitos/as e estimulam a aprendizagem compartilhada entre os/as participantes. Muitas vezes ocorre de os/as professores/as atuantes na Educação Básica participantes do projeto relatarem o quanto estão aprendendo com os/as estudantes em formação inicial, o que demonstra que esses/essas profissionais estão abertos/as ao diálogo e buscam aprender nos diversos contextos oferecidos.

Destacamos também a produção científica no NEDIMPE. Os/as participantes são convidados a escrever textos acadêmicos para publicação em resumos, artigos, eventos e capítulos de livros. Nesse contexto, a união de licenciandos/as e professores/as atuantes também se faz profícua, pois juntos compartilham saberes e aprendizagens teórico-práticas. As temáticas são diversas e dependem das experiências pelas quais os/as integrantes passam ao longo

do projeto. Um assunto que chamou mais atenção, temáticas que gostariam de conhecer mais, tudo se torna motivação para continuar aprendendo por meio da pesquisa. Em virtude disso, o próprio NEDIMPE é hoje tema de pesquisas, como é o caso do capítulo de livro aqui citado (Castro, 2022), no qual o professor Mirtiel apresenta as concepções e objetivos do projeto.

Destacamos ainda o trabalho de David, Barroso e Castro (2022), que dissertam sobre a interação entre professores/as em formação inicial e professores/as experientes como uma contribuição formativa à docência. Os/as autores/as defendem que as aprendizagens constituídas em um projeto de extensão como o NEDIMPE estimulam a reflexão dos/as sujeitos/as envolvidos/as e auxiliam os/as docentes a se reinventar e construir novos saberes. Esta pesquisa busca ver uma outra dimensão dessas aprendizagens, na articulação entre teoria e prática feita pelos/as estudantes extensionistas após adentrarem como professores/as na Educação Básica. Conhecer essas aprendizagens e como essas aprendizagens modificaram esses/essas sujeitos/as é importante, tendo em vista compreender as contribuições para a formação e prática de professores/as que passaram pelo projeto de extensão.

Em um outro artigo, Barroso, David e Castro (2022) discutem as implicações dos projetos de extensão para a aprendizagem da docência. Foi aplicado um questionário com cinco perguntas abertas a oito graduandos/as de um curso de graduação, cuja motivação foi compreender como a extensão universitária vivenciada na formação inicial contribui para a aprendizagem da docência. Na pesquisa, realizada em 2019, foi possível visualizar que os/as estudantes defendem a necessidade das atividades de extensão e da pesquisa para além do ensino na graduação, para que se tornem profissionais críticos/as e reflexivos/as. Um dos motivos apontados para participar de projetos de extensão como o NEDIMPE foi passar mais tempo no ambiente acadêmico, o que demonstra que os/as licenciandos/as vivenciaram experiências que compreendem ser importantes para sua prática profissional. Além disso, os/as pesquisados/as destacaram que estar em um ambiente escolar, não mais como alunos/as, mas agora como pesquisadores/as, possibilitou observar a rotina escolar por uma nova perspectiva e foi muito importante para a sua formação e prática docentes.

As pesquisas em destaque permitem concluir que o NEDIMPE tem sido um importante espaço de aprendizagens da docência. Ao aliar o ensino e a pesquisa em suas atividades extensionistas, convidando estudantes e professores/as a aprender e pesquisar junto, elaborar, reelaborar e difundir saberes, bem

como agir em escolas da rede municipal, o projeto de extensão agrega valores e conhecimentos à formação inicial e continuada dos/as participantes, ao mesmo tempo em que torna teoria e prática mais próximas e compreensíveis. Nesse sentido, esperamos que a partir dos nossos estudos seja possível difundir e compreender melhor a relação de um projeto como o NEDIMPE na vida de estudantes e professores/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi apresentar os principais acontecimentos e concepções que constituíram a universidade e a extensão universitária no Brasil e refletir sobre a prática e as possibilidades de um projeto de extensão universitária que alia de fato o ensino e a pesquisa em suas ações. Diante dos dados produzidos na revisão bibliográfica e no estudo de caso realizado no NEDIMPE, constatamos que a extensão universitária é um espaço de desenvolvimento produtivo para os/as estudantes, que ficam mais próximos dos cenários e condições próprios da profissão em que estão sendo formados/as, o que contribui para a formação de profissionais mais atentos ao papel social que podem desempenhar.

A revisão bibliográfica revelou que a extensão está presente na história das universidades brasileiras há mais de um século, porém, em grande parte desse tempo foi vista como mera prestação de serviços e assistencialismo, às vezes nem mesmo ligados diretamente à universidade, que em determinados períodos concentrou suas atividades principalmente nas atividades de ensino. A Constituição Federal de 1988, ao propor o princípio indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as discussões nos Fóruns de Pró-reitores de Extensão, o aumento do financiamento da extensão universitária, e a publicação de documentos que referendavam a prática, como a LDB de 1998, o Plano Nacional de Extensão de 1998, os editais de fomento da extensão que surgiram a partir de 1995, os Planos Nacionais de Educação (2001, 2014), dentre outras publicações oficiais que surgiram, foram relevantes para que a extensão universitária estivesse com os atuais contornos, com suas práticas cada vez mais presentes na formação de estudantes universitários/as por meio da sua inserção nos currículos dos cursos de graduação e nos projetos e ações extensionistas.

Nessa perspectiva, o estudo de caso do NEDIMPE evidenciou que o projeto tem contribuído para a formação e a prática docente ao proporcionar atividades colaborativas entre professores/as e licenciandos/as na Universidade

e em escolas de Educação Básica, uma vez que o ensino e a pesquisa realizados no projeto mantêm estreita relação com os desafios enfrentados pela escola contemporânea, e as ações propostas pelos participantes do projeto para tentar superar esses desafios são frutos de pesquisas, discussões coletivas e planejamento, culminando na execução das propostas delineadas.

Diante disso, as práticas realizadas a partir da universidade se estendendo para a sociedade, têm a possibilidade de colaborar ainda para melhorias nos espaços nos quais a extensão universitária chega, pois oportunizam a constituição de saberes e demandas sociais que estejam dentro das possibilidades da universidade, e podem colaborar para a formação continuada e oferta de serviços, por exemplo, a depender dos objetivos traçados para as atividades.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F., *et.al.* O manifesto dos pioneiros da educação nova. **Revista Histedbr** On-line Campinas, n. especial. p.188–204, ago 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf> Acesso em: 15 jun. 2022.

BARROSO. F. J. R; DAVID. M. L. de S; CASTRO. F.M.F.M. A extensão universitária e as implicações dos projetos de extensão para a aprendizagem da docência. *In*: FURTADO, Luís Távora Furtado *et. al.* (org.). **Educação Brasileira: Itinerários da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Alexa Cultural, Manaus: EDUA, 2022 p.183-196.

BATISTA. Z. N.; KERBAUY, M. T. M.. A gênese da extensão universitária brasileira no contexto de formação do ensino superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 916-930, jul./set., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11178/7454>> Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. (2018). **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 (2014). **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 29 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências.** Brasília – Df. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm> Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 6.495, de 30 Junho de 2008. **Institui o Programa de Extensão Universitária (ProExt).** Brasília – Df. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm)> Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Lei n.010172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília – Df. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 21 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Estatuto das Universidades Brasileiras.** Brasília – Df. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 jul. 2022.

CASTRO. F. M. F. M. **Núcleo de estudos de didática, interação e metodologias de pesquisas em educação (NEDIMPE):** concepção e objetivos. *In:* Castro, Francisco Mirtiel Frankson Moura; Moraes, Ana Cristina de; RODRIGUES, Cícera Sineide Dantas. Docência(s): experiências e sentidos. Fortaleza: EdUECE, 2022. p. 157-164.

CUNHA. L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. *In:* LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204

DAVID. M. L. de S; BARROSO. F. J. R.; CASTRO. F.M.F.M. Projetos de extensão: implicações para a realização de pesquisas científicas e para a aprendizagem da docência. *In:* FURTADO, Luís Távora Furtado; RIBEIRO. S. M. A. S; CASTRO. F.

M. F. M. **Perspectivas sobre formação docente** [livro eletrônico]: experiências contemporâneas e contextos curriculares (organizadores). – 1. ed. – Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022. – (Coleção práticas educativas) p. 239-260.

FARIA, D. S. Construção Conceitual da Extensão Universitária: uma conclusão des-autor-izada. In: FARIA, D. S. (org) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p177-185.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FORPROEX - Fórum De Pró-Reitores De Extensão Das Instituições De Educação Superior Públicas Brasileiras Plano Nacional De Extensão Universitária. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/re nex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2023.

FREITAS, M. C. de; BICCAS, M. de S. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

INCROCCI, L. M. de M. C.; ANDRADE, T. H. N. de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Sociedade e Estado** [online]. v. 33, n. 1, p. 187-212, Janeiro/Abril 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/cTFtTm9x69kYxZYnPMqDSZ/?lang=pt>> Acesso em: 15 jun. 2022.

KOGLIN, T.; KOGLIN, J. C. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 2, p. 71-78, 7 jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658/7166>> Acesso em: 15 jul. 2022.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, **Coleção Extensão Universitária FORPROEX**, vol. I, 1998. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/re nex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2022.

NOGUEIRA, M. D. P. (org). **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

PEREIRA, N. F. F. e VITORINI, R. A. da S. (2019) Curricularização da extensão: desafio da educação superior, **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.01-591 jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047/16120>> Acesso em: 17 jul. 2022.

RABEL, L. C. Os sujeitos envolvidos no fazer da extensão universitária. In: SÍVERES, Luiz (Org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012. p. 37-52.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 12. ed. São Paulo: Autores Associados, 1992.

ROCHA, R. M. G. A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, Dóris Santos (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001. p. 13-29.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 325 p.

VEIGA, I. P. A. (Org). **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2008. 176 p.

Yin, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos [recurso eletrônico [tradução: Cristhian Matheus Herrera]. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.